

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A *Seda Ibérica* é um “Grupo Internacional especializado na conceção, desenvolvimento e produção de embalagens de cartolina e plástico, embalagens flexíveis e embalagens para recipientes especiais”, criado em 1964 e integra 13 empresas e 12 fábricas.

Os trabalhadores da unidade sediada no concelho de Oeiras têm sido confrontados com situações de incumprimento dos seus direitos. A empresa deve milhares de euros a cada trabalhador, referentes a subsídios de turno em atraso, que tem vindo a recusar pagar, inclusivamente após decisão arbitral que dá razão aos trabalhadores.

Existe também um claro desrespeito pelo contrato colectivo de trabalho e pelas decisões arbitrais, referente a matérias salariais, sendo que não foram atualizados em 2017 e não existe proposta de atualização para 2018.

Não satisfeitos com isto, a Administração pretende impor unilateralmente o aumento do horário de trabalho já a partir desde janeiro como forma de represália à mobilização e à luta que tem vindo a ser travada pelos trabalhadores em defesa dos seus créditos em dívida e direitos. Tal é inaceitável e ilegal.

Igualmente, a empresa procedeu ao envio de cartas para a casa de cada trabalhador ameaçando-os com processos disciplinares caso continuem sem cumprir este novo horário imposto pela empresa. Esta situação é inaceitável e configura claramente assédio moral sobre os trabalhadores. Face à unidade e mobilização muito importante dos trabalhadores, a empresa recorre à intimidação, à chantagem e ao assédio moral como forma de impedir que façam respeitar os seus direitos.

O *Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Sul da Indústria* já exigiu intervenção da ACT desde há várias semanas, sendo que até ao momento ainda não tiveram qualquer resposta.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Que conhecimento e acompanhamento tem feito o Governo, designadamente através da ACT, a esta empresa e a esta situação de violação de direitos dos trabalhadores?
2. Que ações inspetivas realizou a ACT à Sede Ibérica nos últimos cinco anos? Quais as conclusões dessas ações inspetivas?
3. Que medidas urgentes vai tomar o Governo para garantir o cumprimento cabal dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 31 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)